

Com ressalva do TCE, contas de Auricchio são levadas a plenário

Vereadores de São Caetano votam hoje contabilidade de 2023 do ex-prefeito, a qual tem diversos apontamentos do Tribunal

WILSON GUARDIA

wilsonguardia@dgaabc.com.br

A Câmara de São Caetano leva hoje a plenário o relatório com parecer do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) relacionado às contas da Prefeitura de 2023, sob a administração do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD). O documento, apesar da recomendação pela aprovação, traz diversos apontamentos de incongruências que podem afetar o fluxo de caixa e a estabilidade de gestões futuras. As irregularidades, no entanto, podem levar os vereadores a rejeitarem o balanço final.

A Comissão de Finanças e Orçamento do Parlamento são-caetanense sugere a aprovação da contabilidade, com voto em contrário do membro Edison Parra (Podemos). Os outros vereadores que compõem o grupo de trabalho são: Cicinho Moreira (PL), presidente e relator; Marcel Munhoz (Progressistas), vice-presidente; e Welbe Macedo (PSB) e Daniel Górdoba (PSD), integrantes.

Caso a Câmara opte pela rejeição do balanço apresentado, Auricchio poderá ficar



TRIBUNA. Parra tem posicionamento crítico a Auricchio e escancara dívida

inelegível pelo período de oito anos. Para que isso aconteça, de acordo com a Lei da Ficha Limpa, se faz necessária comprovação de irregularidade insanável, ato doloso de improbidade e decisão irreversível.

No relatório do TCE-SP, o conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira fez alertas sobre questões financeiras. "Quanto aos aspectos contábeis, apurou-se déficit orçamentário de 5,20% (R\$ 88.907.892,15)", apontou.

No parecer, há a justificativa de que o débito está amparado no superávit financeiro do exercício anterior, que continuou positivo no ano anali-

sado. Entretanto, mesmo sem haver desequilíbrio fiscal e com recursos para o pagamento da dívida de curto prazo – o que permite reaver o índice de alterações orçamentárias (62,40%) –, o fato "serve de alerta a fim de que o gestor adote medidas eficazes para evitar o descompasso entre receitas e despesas".

Outro apontamento se relaciona à evolução da dívida de longo prazo. Na comparação com o ano anterior, o débito aumentou 52% em razão de precatórios, empréstimos e financiamentos.

As movimentações citadas no relatório do TCE-SP podem ter colaborado para o al-

to endividamento da Prefeitura no exercício fiscal de 2024, último ano do quarto mandato de Auricchio, alvo de investigação na Câmara por meio da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida.

O relatório final da apuração elaborado por Parra, relator da CPI, pelo presidente César Oliva (PSD) e por Marcel Munhoz (Progressistas), proponente, corrobora com algumas questões apontadas pelo Tribunal, que podem ter levado a cidade a endividamento superior a R\$ 1 bilhão.

O documento da CPI foi encaminhado para o MP-SP (Ministério Público de São Paulo) e outros órgãos de controle e fiscalização, que analisam o robusto dossiê produzido pelos parlamentares a partir de documentos fiscais e contábeis.

Ainda sobre o parecer do TCE-SP, há observações com relação à ausência de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) em escolas e outras repartições públicas. O documento atesta a segurança das instalações, principalmente quanto ao risco de incêndios.

Parra considera os apontamentos graves e, por isso, vai tentar convencer os pares a votar contra o relatório do colegiado técnico. "O Tribunal de Contas apontou diversas falhas graves na gestão da cidade, como a ausência de AVCB em quase metade das escolas. O relatório também destacou o crescimento acelerado da dívida, com aumento de 60,9% em 2023, evidenciando o descontrole fiscal que a CPI já havia identificado. É um legado preocupante e grave, marcado por gastos excessivos e falta de responsabilidade com as contas públicas. Não há como aprovar as contas diante de tantos problemas", pontuou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional Pagina: 4